



REDES DE PODER E ELITES LOCAIS: O ESPÍRITO SANTO NOS QUADROS DO IMPÉRIO LUSO-BRASILEIRO

LIVIA MAURICIO SCHEINER*

Introdução

A historiografia acerca da experiência colonial no Brasil vem apontando, já há algum tempo, para a importância de se compreender as redes de poder e a reprodução das hierarquias sociais herdadas do Reino. Característica marcante do império colonial português, a descontinuidade espacial convivía, por outro lado, com a transferência de modelos jurídicos e administrativos da metrópole (HESPANHA, 1995: 9). Essa prática era sustentada pela frequente distribuição de cargos e ofícios a um conjunto de indivíduos que, em nome da Coroa, recebiam uma gama de privilégios e títulos, conformando, entre si, redes de poder e hierarquias pautadas nos valores de Antigo Regime.

Essa configuração, aplicada ao entendimento dos mecanismos de reprodução e funcionamento do mundo colonial ibérico, cunhou a expressão *Antigo Regime nos trópicos*,¹ por meio da qual se procura articular o Império atlântico português às práticas e mentalidades típicas de Antigo Regime. A partir do uso deste conceito, procurou-se demonstrar que determinado padrão de relacionamento político de tipo antigo esteve na base do colonialismo luso, determinando formações sociais rigidamente hierarquizadas, dominadas por diferentes grupos de elite e marcada por extensos segmentos excluídos dos centros de decisão, onde, no dizer do historiador João Fragoso,

Deter o controle sobre o governo da República significava pertencer ao grupo social com chances de dominar a sociedade. [...]

Outra derivação deste quadro foi a formação de uma economia cujo funcionamento não era ditado apenas pela oferta e pela procura, mas também pela política. A Câmara, os ofícios da cúria e as mercês, em geral, criavam para seus titulares possibilidades de acumulação de riquezas à margem da produção e do comércio. (FRAGOSO, 2003:15-16)

Mas, se este foi o quadro geral dentro do qual a sociedade colonial se formou e se reproduziu, houve, obviamente, conjunturas políticas, econômicas e sociais específicas dentro da extensa temporalidade que vai do século XVI ao XIX, ora contribuindo para solidificar, ora para dar

* Colégio Pedro II/IFES. Mestre em História. Doutoranda do PPGHIS UFES

¹ Cf. FRAGOSO, BICALHO & GOUVÊA, 2001 e 2010).



novos significados às noções de pacto e de soberania entre as elites coloniais e o Reino (FRAGOSO, BICALHO & GOUVÊA, 2001:287-288). Assim, entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XIX, momento que abordamos em nossa pesquisa para o Doutorado², delineiam-se significativas inflexões tanto políticas quanto econômicas.

Observando-se sob o prisma da macro política, o recorte temporal acima, se destaca como momento de redefinição dos vínculos imperiais no mundo luso-brasileiro. Em Portugal, como resultado de uma leitura muito própria do ideário da Ilustração, o surto reformista que se iniciou com Pombal e teve continuidade no plano de reformas de D. Rodrigo de Souza Coutinho, preconizava a recuperação econômica do Estado a partir de uma utilização racional e *científica* do potencial de sua mais lucrativa porção: a América portuguesa.

Expressão da progressiva virada da política colonial para o Atlântico sul, entre os séculos XVII e XVIII, e do destaque alcançado pelo Brasil como núcleo do complexo atlântico, o projeto do *novo* Império português, que incluía a unidade de suas possessões na região e uma gestão mais eficaz dos recursos financeiros advindos das transações comerciais ali estabelecidas, teve em D. Rodrigo de Souza Coutinho - o Conde de Linhares - um de seus principais idealizadores.

De acordo com tal projeto, o esforço de aprofundamento dos vínculos entre metrópole e colônia envolveu, por um lado, a arregimentação de letrados, administradores e intelectuais - dentre os quais vários brasileiros de nascimento - incumbindo os mesmos de pesquisar e explorar os recursos materiais do território colonial. Por outro lado, buscou-se um maior cuidado na nomeação de administradores régios, preferindo-se aqueles que, ao longo de suas trajetórias, houvessem acumulado experiência e prestígio na prestação de serviços nos altos postos administrativos do complexo atlântico (FRAGOSO, BICALHO & GOUVÊA, 2001: 310).

Neste sentido, o desvelamento dos mecanismos de constituição e reprodução das elites administrativas reinóis e coloniais, bem como o conhecimento de suas estratégias de sociabilidade e reiteração no tempo, tem sido de fundamental importância para o conhecimento não apenas da política metropolitana mas, especialmente, dos meandros de reprodução da própria economia e sociedade nos dois lados do Atlântico. A opção pelo estudo das elites

² SCHEINER, Livia Mauricio. Nobilitação, parentesco e redes de poder no Centro Sul da América Portuguesa: Paulo Fernandes Viana e Francisco Alberto Rubim (cc.1750-1821). Vitória, UFES, 2016 (Projeto de Doutorado em desenvolvimento).

enquanto categoria histórica tem sido adensada pelo uso da metodologia prosopográfica, que consiste, por definição, na investigação sobre instituições e outras coletividades profissionais ou políticas, através da composição de biografias coletivas, abordando-se as trajetórias pessoais e profissionais dos sujeitos históricos envolvidos, de forma cruzada (HEINZ, 2006).

A partir de um conjunto ainda preliminar de dados, buscamos construir um estudo parcial das redes de relações e das formas de sociabilidade que uniam Paulo Fernandes Viana, o primeiro Intendente de Polícia do Brasil, cujo cargo ocupou durante todo o período joanino (1808-1821) e aparentado, Francisco Alberto Rubim, governador da Capitania do Espírito Santo entre 1812 e 1819, primeiro administrador após a conquista de sua autonomia administrativa com relação à Bahia. As trajetórias desses dois personagens representam, a nosso ver, a interseção entre o local e o global: a macro política do Reino português e a micropolítica das regiões coloniais de menor expressão – mas não menos estratégicas, como era o caso do Espírito Santo - tendo como pano de fundo o projeto de construção do Império luso-brasileiro.

Em termos historiográficos, buscamos contribuir com a recente produção sobre o século XIX capixaba³, de reconhecida consistência e inovação com relação às questões-chave do período. Esses estudos, no seu conjunto, vêm apontando para um importante delineamento geral com relação à história do Espírito Santo: ainda que contada como uma das capitanias de menor expressão, seus mecanismos econômico-sociais e políticos sempre funcionaram em consonância com a lógica do restante da sociedade colonial e imperial. Subverteu-se, portanto a tradição historiográfica dedicada aos modelos explicativos amplos e aos grandes eventos econômicos⁴ - tais como o surto cafeeiro de meados do XIX ou os projetos industriais do XX.

Essa tradição sempre enfatizou não apenas o isolamento e a pobreza capixabas frente às regiões coloniais de notória prosperidade (tais como Bahia, Pernambuco ou Rio de Janeiro). Na mesma direção, também reproduziu a lógica do colonizador, cuja ideia de suficiência e lucratividade tinha como parâmetros as atividades relacionadas à agro exportação, desconsiderando que os movimentos internos à colônia contribuíam e dialogavam de maneira significativa com os mecanismos de manutenção do sistema a nível macro.

³ Cf. p. ex., CAMPOS, 2003; MERLO, 2008; CARVALHO, 2008; GOULARTE, 20015

⁴ Cf. p. ex. ALMADA, 1984; BITTENCOURT, 1982.

O trabalho que ora apresentamos coaduna-se com a perspectiva historiográfica atual, conforme apresentada anteriormente, mostrando-se como um ensaio de se vislumbrar a política capixaba nos quadros dos jogos de poder do Centro Sul da América portuguesa – região que tinha como cabeça a cidade do Rio de Janeiro - nas primeiras décadas do século XIX, momento de definições políticas, econômicas e institucionais cruciais para a continuidade do projeto do novo e poderoso Império.

Rio de Janeiro e Espírito Santo: especificidades regionais do complexo atlântico português

Conforme comentamos, o projeto luso, concebido a partir de finais do século XVIII, previa a colaboração de administradores e intelectuais portugueses e brasileiros de nascimento, reunidos em torno da construção de uma identidade comum: a noção de pertencimento ao complexo imperial luso-brasileiro. Seu objetivo era restituir a antiga grandeza do Reino, celebrando a união com a colônia, por meio da exploração racional da diversidade de recursos do território da América lusa.

No Centro Sul do território colonial, tal orientação recebeu traços bastante peculiares na medida em que o momento político sublinhava a posição da Capitania do Rio de Janeiro em meio à região. Elevada a capital da colônia em 1763, a corte real em 1808 e, por extensão, a sede do Reino Unido em 1815, a cidade transformara-se em palco da efervescência política e econômica do período. O agro fluminense, por sua vez, experimentara a expansão das lavouras de cana-de-açúcar, algodão, anil, tabaco e alimentos. Observou-se na região um progressivo processo de concentração fundiária, que se estendeu desde as freguesias do Recôncavo da Guanabara até o interior, atingindo Campos dos Goitacazes e regiões fronteiriças a Minas Gerais, que vivia um momento de reorganização produtiva em face da diminuição da mineração.

Conforme demonstrado por autores como OLIVEIRA (1999) e FRAGOSO (1993), estas transformações acabavam por movimentar as estratégias de fortalecimento das elites políticas coloniais. Estas procuravam incrementar seus negócios, que eram incentivados pelo governo metropolitano, a partir do acesso a determinados privilégios como as isenções tarifárias e a exclusividade para o beneficiamento de produtos agrícolas. A outra face desta moeda, podemos perceber na já consagrada interpretação que evidencia o enraizamento de interesses portugueses no Centro Sul como fator determinante para a precipitação do processo de ruptura dos vínculos

coloniais (DIAS, 1972). Tais interesses eram expressos nas atividades do mercado fluminense, por meio da atuação de proprietários e negociantes, em sua maioria de origem portuguesa. Para além de dominarem o comércio colonial, esses homens procuravam se inserir em postos da administração colonial, transformando-os em *locus* privilegiados de gestão dos seus projetos pessoais.

Em suma, o que se observa, a partir das conclusões de Cecília de Oliveira (1999), é o seguinte quadro:

Na capitania do Rio de Janeiro verificou-se, nessa época, tanto o enriquecimento de negociantes atacadistas quanto a constituição de um grupo de proprietários e comerciantes cujas bases de sustentação encontravam-se na exploração da lavoura mercantil no Recôncavo da Guanabara e em Goitacazes e na comercialização de gêneros destinados ao mercado interno e à exportação. [...]

Para conquistar favores e influência junto à administração colonial, negociantes, donos de engenhos e proprietários da capitania procuravam estabelecer vínculos pessoais e mercantis com magistrados e funcionários metropolitanos. Assim, procediam tato homens enriquecidos, como Brás Carneiro Leão e membros das famílias tradicionais fluminenses, quanto comerciantes e proprietários do Recôncavo e de Goitacazes. (OLIVEIRA, 1999: 65-66).

Este é o espaço de atuação do primeiro intendente da Polícia da Corte, Paulo Fernandes Viana. Brasileiro de nascimento, Viana é alçado, em 1808, ao mais alto posto na administração da sede da corte recém-chegada, permanecendo no cargo até 1821, às vésperas, portanto, do movimento pela independência. Genro de Brás Carneiro Leão, funda uma nova e importante linhagem, os Carneiro Viana, cuja base territorial se estende pelos latifúndios de Campos dos Goitacazes, como veremos mais adiante⁵.

Mas, enquanto no Rio de Janeiro o cenário se apresenta como de crescente importância política e econômica, com relação ao Espírito Santo, no mesmo período (entre a segunda metade do XVIII e as primeiras décadas do XIX) o quadro se mostra um tanto diferente. Para conhecer tal situação e suas vicissitudes para as interpretações acerca do escopo da economia capixaba, é preciso, no entanto, retroceder um pouco mais, até a virada do século XVII para o XVIII.

⁵ Em nossa Dissertação de Mestrado (SCHEINER, 2004), defendemos a tese de que, durante do reinado de D. João, para além de dar conta da gestão de questões cotidianas do espaço da cidade do Rio de Janeiro, Paulo Fernandes Viana, primeiro intendente da Polícia da Corte, geria a implantação do próprio projeto de Império luso-brasileiro, atuando na definição de questões políticas e econômicas centrais para o sucesso do mesmo, naquele momento de redefinição de vínculos entre Portugal e Brasil. Dentre estas, a pactuação com as elites políticas locais e das demais regiões coloniais.

Capitania Régia desde o século XVII. o Espírito Santo inicia a segunda década do XVIII subordinada ao Governo da Bahia e com foro judicial sujeito ao Ouvidor do Rio de Janeiro. A situação modificou-se entre 1732 e 1741, com a criação de Ouvidoria independente, estabelecida a Comarca da Vila da Vitória. Porém, em termos administrativos, permaneceu a submissão ao governo da Bahia, o que perdurará até 1810, durante o governo de Manuel Tovar, quando declarada foi permitida a autonomia administrativa e militar (CARVALHO, 2008:35). Enaile Carvalho assinala que o século XVIII marcará um período de crise econômica para as terras capixabas (CARVALHO, 2008:33). Segundo a historiadora, o fato que poderia trazer considerável avanço para o Espírito Santo – a descoberta dos primeiros achados auríferos em solo capixaba, no ano de 1693 – acabou por converter-se em revés. Como consequência deste, em 1710, o Governador-geral do Brasil, D. Lourenço de Almada, proibiu a busca e exploração de minas de ouro na Capitania, impedindo, também, a continuidade da abertura de estradas dali para Minas Gerais, como forma de bloquear o acesso ao valioso metal.

De acordo com a mesma historiadora, a situação de retração econômica começou a se modificar apenas na década de 1770, quando o comércio de cabotagem ressurgiu e a Capitania passa a exportar madeira, açúcar e panos de algodão, produtos que se dirigiam aos portos do Rio de Janeiro e da Bahia. Ainda no século XVIII, com o declínio da produção aurífera, manifesta-se um crescente interesse da coroa em dar novo impulso ao desenvolvimento da Capitania do Espírito Santo, nos quadros do projeto empreendido sob a direção do Conde de Linhares, D. Rodrigo de Souza Coutinho.

Com relação ao Espírito Santo, por conta dessa orientação política, empreende-se a pesquisa sobre as condições de navegabilidade do Rio Doce, como forma de penetração para o interior e de incentivo aos cultivos locais. A tarefa ficou a cargo de sucessivos administradores (capitães-mores e, a partir de 1797, por decreto do príncipe regente, governadores) nomeados pelo poder central desde as últimas décadas do século XVIII. Estes assumiram o controle da capitania com a missão de colaborar com o esforço da metrópole para superar sua crise, por meio da exploração dos recursos de sua mais lucrativa colônia que, longe de demonstrar desgaste, aparecia como única alternativa.

Diante do panorama do século XVIII capixaba, Carvalho (2008, p. 35) acentua que a relação entre as reiteradas proibições às comunicações entre Minas e Espírito Santo e a decadência econômica da Capitania naquele período permanece como uma das questões mais tradicionais (e, por que não dizer, controversas) da historiografia local. E lembra que, apesar das

interdições, algumas ligações de fato foram estabelecidas, em meados do século XVIII. A autora demonstra que as interdições legais não impediram, contudo, o trânsito de pessoas e mercadorias entre as duas capitanias, seja via Rio Doce, seja por caminhos terrestres⁶. Assim, as tentativas de se manter o Espírito Santo como barreira natural contra os descaminhos do ouro das Minas Gerais não teriam se traduzido, de fato, no isolamento absoluto das regiões de acesso, muito menos da capitania como um todo, uma vez que sua faixa litorânea se manteve habitada e atuante durante todo o período colonial.

Ao término do século XVIII, a estratégia de manter o interior do Espírito Santo distante dos circuitos mineiros, não mais responderia às necessidades da Coroa lusitana. Assim sendo, os governos que se sucederam investiram não apenas na abertura da navegação e do comércio através do Rio Doce, mas também no desenvolvimento da sede da capitania, incentivando a comunicação direta entre o Espírito Santo e o Reino, pelo porto de Vitória. No mesmo momento, investe-se também na diversificação produtiva, incentivando cultivos como o anil e o café, além da ênfase dada à capacidade de exportação de produtos como açúcar, algodão, farinha de mandioca, milho, arroz e aguardente, além da exploração e comércio de madeiras para construção naval (CARVALHO, 2008:40-49).

Com relação à Vitória de inícios do XIX, Patrícia Merlo (2008) acentua a diversidade de produtos e atividades a demarcar a paisagem da vila que era a cabeça da comarca. Esta concentrava a maior parte do comércio em grandes e pequenas casas que, de maneira geral, apresentavam variado sortimento de têxteis, além de ferramentas, adornos e artigos de papelaria. Lá se encontrava também a maior parte dos trabalhadores especializados, muitos deles escravos com ofícios. Cercada por fazendas de cana, algodão, milho, arroz, mandioca e outras culturas menores, seu cotidiano era povoado por uma população pequena, mas diversificada, caracterizada por proprietários, senhores, missionários, soldados, brancos, negros, mulatos, pardos, crioulos, livres, escravos ou libertos. Massa que refletia, em escala reduzida, as contradições presentes na realidade colonial: uma sociedade hierarquizada e

⁶ Carvalho comenta que há registros, para meados do século XVIII, da existência de diversas estradas de acesso, que passavam por Rio Pardo e pelo Sertão de Benevente (antigo aldeamento denominado Reritiba, onde residiu o padre jesuíta José de Anchieta, hoje, a cidade de Anchieta). Assim como em Reritiba, em outra localidade próxima, denominada Ribeirão do Meio, havia ainda um grande arraial, cuja principal atividade era a mineração, frequentemente obstaculizada não pela administração pública, mas pelos conflitos com os nativos (CARVALHO, 2008, p. 36).

excludente e, ao mesmo tempo, profundamente dependente do trabalho escravo, marcada “pelo convívio e o conflito latente entre desiguais” (MERLO, 2008:28).

Enfim, a historiografia capixaba recente acerca do período estudado demonstrou haver um panorama econômico cujos traços essenciais eram a dependência pela mão-de-obra escrava, o consumo de produtos externos como: vinho do Reino, especiarias, tecidos, louças, entre outros, a existência da produção interna de víveres como açúcar, arroz, feijão, milho, banana, mandioca e algodão, a extração de madeira de lei e um considerável rebanho bovino. Para além da já consagrada imagem de penúria e retração econômica, atribuídas a uma situação de isolamento que, como vimos, não se revelou absoluta ou determinante, constatou-se que a produção interna conseguia não somente abastecer o comércio local, mas participar de circuitos comerciais inter-regionais mais amplos, especialmente pelos portos do Rio de Janeiro e Pernambuco⁷.

Nesse panorama econômico-social movimentava-se uma pequena elite local, que conseguira ascender socialmente, mesmo diante da falta de incentivos da coroa portuguesa para a Capitania. Através de cargos públicos ou relações de parentesco estabelecidas entre si, tal elite, de maneira direta ou indireta, acabou desempenhando um papel decisivo nas políticas locais. Este será o cenário encontrado por Francisco Alberto Rubim, capitão de mar e guerra que assume o governo da Capitania do Espírito Santo em 1812, tendo ali atuado até 1819, quando chamado a administrar o Ceará. Português de nascimento, dispunha de um currículo de serviços prestados à Coroa na faina governativa do ultramar. A trajetória de Rubim aproxima-se à de Paulo Fernandes Viana por conexões familiares traçadas a partir das esposas de ambos, que eram primas. Homem alinhado ao projeto reformista do Reino, ao que tudo indica Rubim foi chamado a desempenhar importante papel na promoção e desenvolvimento das potencialidades locais, em consonância com a gestão dos interesses régios no Centro Sul da América portuguesa.

⁷ Em sua dissertação de mestrado, Enaile Carvalho defende que a imagem de constante retração econômica e penúria da Capitania do Espírito Santo fixou-se na historiografia tradicional capixaba como resultado de análises que buscaram apenas na estrutura da agro exportação ou na produção de metais preciosos os condicionantes da vitalidade econômica dessa região colonial. Periférica às localidades assim definidas, apartada em termos legais das Minas Gerais, a capitania teria sido fadada à pobreza e fracasso, fato que se perpetuaria até o *boom* do café, durante a segunda metade do século XIX. Sem desconsiderar contextos pontuais de crise e a própria dimensão acanhada de sua economia (padrão muito semelhante ao da maioria das demais capitanias), a autora se depara com a constituição de uma economia capixaba capaz de demonstrar não apenas vitalidade, mas também autonomia em relação aos circuitos externos. Caracterizada por sua relação com o mercado interno – sendo, por isso não menos importante para a reiteração do sistema colonial – suas conjunturas de crise são atribuídas pela autora a contextos político-administrativos de pouco ou nenhum investimento na região. Este fator teria colaborado de maneira decisiva na alternância entre momentos de avanço econômico e de extrema crise, impedindo, com isso, a estabilidade financeira da Capitania. Cf. CARVALHO, 2008.

Viana, Rubim e os jogos de poder do Centro Sul da América lusa

No Espírito Santo, o século XIX introduziria um novo momento de repactuação entre as elites locais e a administração régia. Os governadores nomeados durante esse período - dentre eles, Francisco Alberto Rubim - seriam protagonistas de novos acordos entre o poder central e as elites locais, iniciando a progressiva integração da capitania aos objetivos traçados pelo projeto imperial (MERLO, 2008:29-30).

Português de nascimento, de origem lisboeta, Rubim foi nomeado Governador da Capitania do Espírito Santo pelo Príncipe Regente em 1812, cargo que desempenhou até 1819, quando foi transferido para o Ceará. De formação militar, cujo ofício lhe granjeava a possibilidade de assistir a coroa em territórios de África e Ásia, sua nomeação marca oficialmente a autonomia da Capitania capixaba em relação ao governo da Bahia. Valido da corte, amigo íntimo do Conde de Linhares, D. Rodrigo de Souza Coutinho, muito próximo do Intendente da Polícia, Paulo Fernandes Viana, valendo-se da proximidade com a aristocracia da corte para socorrer as necessidades de sua administração, em tudo espelhando a figura do intendente.

Nosso outro personagem, Paulo Fernandes, por sua vez, parece valer-se de seus altos contatos na burocracia estatal e no grande comércio para respaldar a trajetória do seu aparentado em terras brasileiras. Conforme pesquisamos em nossa dissertação de mestrado (SCHEINER, 2004:87-100), Viana era nascido na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1757, mas sua trajetória iniciou-se a partir da metrópole. Filho de portugueses que vieram para o Rio de Janeiro no século XVIII, formou-se em Direito pela Faculdade de Coimbra, foi magistrado na mesma cidade e ouvidor-geral do Crime. Era membro das ordens de Cristo e da Conceição da Vila Viçosa, comendas que denotavam prestígio.

Em 19 de novembro de 1798, Paulo Fernandes Viana, então intendente geral do ouro de Sabará, é nomeado pelo príncipe regente, D. João, como desembargador da Relação do Rio de Janeiro. Pouco tempo depois, em 1802, casa-se com Luiza Rosa Carneiro da Costa, filha de Brás Carneiro Leão e de Dona Anna Francisca Rosa Maciel da Costa que, mais tarde, será a primeira

“brasileira” a receber um título de nobreza em terras tropicais: Baronesa de São Salvador de Campos dos Goitacazes.

Conforme demonstramos, este era um casamento que reunia múltiplos interesses, nos quadros da cultura política da época: de um lado, temos o clã dos Carneiro Leão, ricos comerciantes atacadistas do Rio de Janeiro; por outro, um importante quadro da burocracia reinol. Essa junção de interesses foi bem caracterizada por Lenira Martinho e Riva Gorenstein em seu estudo clássico, onde afirma que:

[...] era usual o casamento de filhas de negociantes com burocratas altamente colocados. É bem possível que estes funcionários da Coroa, obrigados pela posição que ocupavam a funcionários da Coroa, obrigados pela posição que ocupavam a manter um nível de vida superior ao que o seu salário permitia, procurando deliberadamente casar-se com noivas ricas, mesmo que de uma posição social um pouco inferior à sua, para, através do dote recebido, manter representatividade social que era dele esperada. De outro lado, para o negociante de grosso trato, o estabelecimento de relações familiares com elementos pertencentes à burocracia político-administrativa da Corte, além de lhes aumentar o prestígio na sociedade, permitia a lês influir indiretamente nas decisões administrativas e assim obter vantagens nos negócios. (MARTINHO & GORENSTEIN, 1993:195)

Para Viana, este casamento permitiu o acesso ao capital da poderosa família, especialmente os do seu cunhado, Fernando Carneiro Leão. Ao que tudo indica, este e seu grupo de amigos do *corpo do comércio* lhe adiantavam os recursos empregados pelos cofres da Polícia, por meio de doações, loterias e subscrições voluntárias, tal como encontramos em seu relatório, ao fim do mandato (VIANA, 1892).

Dentre as inúmeras frentes de trabalho desenvolvidas pelo governador Rubim durante os sete anos de mandato em terras capixabas, algumas revelam a clara ascendência de Paulo Fernandes Viana sobre o mesmo. Queremos destacar, no âmbito deste trabalho, apenas três, no sentido de vislumbrar as suas ações para a região do Espírito Santo como resultado dos jogos de poder que se desenrolavam no Centro sul, base de movimentação dos *homens bons da corte* e ponto nevrálgico da política imperial luso-brasileira.

Foi por meio de Paulo Fernandes Viana que Francisco Rubim assentou, em 1813, na localidade Santo Agostinho, trinta famílias de colonos açorianos, com o objetivo de povoar o interior e estimular a agricultura, projeto patrocinado pela Intendência da Polícia. O povoado, origem da cidade com o mesmo nome, foi denominado de Viana, em homenagem ao seu patrocinador. A capela local foi erguida com recursos advindos da Polícia da Corte.

Destaque-se que, além das famílias que se dirigiram para o solo espiritosantense, na mesma iniciativa imigratória outras foram distribuídas pelas capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Contudo, apenas o governador dessa capitania, por conta do seu empenho no projeto, recebeu menção honrosa do intendente, no seu relatório final (VIANA, 1892). O caso do estabelecimento da colônia de Viana dá-nos um exemplo do alcance “imperial” de algumas das ações desta agência, bem como a inserção do Espírito Santo nas tramas do projeto luso-brasileiro, por meio da relação entre os dois homens do poder.

Nessa mesma direção, outra medida merece ser aqui citada. Como ainda restasse sem solução a questão da comunicação com a região das Minas Gerais, uma vez que não se provava possível a navegabilidade do Rio Doce em todo o seu leito, Rubim empreende esforços para a abertura de uma estrada que ligasse Vitória a Ouro Preto. Com a decadência da mineração e a necessidade de se fomentar alternativas econômicas para a região, a comunicação entre as duas capitanias, por meio da retomada da navegação do Rio Doce já ocupara o governador anterior, Silva Pontes, assunto tratado diretamente com D. Rodrigo, o Conde de Linhares, seu amigo íntimo e compadre⁸.

Em 1815, uma Carta Régia buscava viabilizar os trabalhos relativos à abertura da nova estrada real: ordenava-se o uso de tropas para proteger a mesma, bem como a abertura de estradas complementares, orientava que se pesquisasse a possibilidade de utilização de outros rios para navegação na região e que, por dez anos, fossem isentas de impostos as mercadorias ali cultivadas ou que ali transitassem. Liberava-se também a lavra de ouro na Serra do Castelo (OLIVEIRA, 2008; NOVAES, 1968).

Essas medidas buscavam responder à decadência e à paralisação da vida econômica e social na região encabeçada por Ouro Preto, capital das Minas Gerais. Era preciso fomentar o surgimento de novas fontes de riquezas, por meio de novos cultivos. Por seu turno, tanto com relação a Minas quanto ao Espírito Santo, era notório o interesse das elites econômicas e político-administrativas locais de fugir da influência do porto do Rio de Janeiro, ganhando o de Vitória como alternativa. A abertura da Estrada Real São Pedro de Alcântara, apelidada de *Estrada do*

⁸ Estilique Ferreira dos Santos aponta para a importância de se considerar a centralidade das vias de comunicação e do esforço de ocupação do território no estudo dos projetos de poder que se desenvolvem em solo capixaba a partir do século XIX. Cf. SANTOS, 2005

Rubim, foi concluída em agosto de 1816, mas os trabalhos complementares, que empregaram muitos esforços e capitais, duraram até 1820.

Semelhante trabalho realizou o intendente Paulo Fernandes Viana com relação ao Rio de Janeiro, quando da abertura da Estrada da Polícia (SCHEINER, 2004:94). A via permitia a ligação entre a corte e as Minas Gerais, passando por Campos dos Goitacazes, onde o intendente por conta dos serviços prestados, granjeara enorme extensão de terras (não por acaso, sua esposa receberá o título de Baronesa de Campos), gerindo, do seu cargo público, os seus interesses privados.

Por fim, uma importante frente de trabalho nos permite, agora, vislumbrar a tessitura de redes de sociabilidade não apenas entre *Rubim* e os homens da corte joanina, mas a aproximação de nomes de importantes proprietários e comerciantes capixabas nos circuitos políticos mais amplos, por meio de sua afirmação enquanto incipiente elite política local⁹. Falamos das iniciativas do governador no sentido de promover os trabalhos da Santa Casa da Misericórdia em solo capixaba.

Como as epidemias periódicas afligissem a população da região, que não tinha onde recolher-se, era necessário construir um hospital que pudesse atendê-la, visto que a Irmandade, instalada na igreja do Rosário, em Vila Velha, e transferida depois para Vitória, limitava-se a visitar doentes e necessitados e a distribuir esmolas recebidas. Irmandades religiosas brancas, as Misericórdias, juntamente com as câmaras municipais, foram durante toda a época moderna o binômio central sobre o qual se apoiava uma rede de serviços e sociabilidades em territórios lusos, contribuído dessa forma tanto para a estabilidade social quanto para a diferenciação entre os súditos (VAINFAS, 2001:401-402).

Contudo, para além do assistencialismo, outras funções são atribuídas às Misericórdias, no contexto colonial português. Instituições dedicadas ao exercício da caridade cristã, reuniam nos seus quadros os setores sociais de maior prestígio dos locais onde estavam instaladas¹⁰. Seu funcionamento e os serviços prestados – dentre eles a responsabilidade pela construção e

⁹ Em sua tese de doutorado, Rodrigo Goularte dedica-se ao estudo da importância política que as redes mercantis em que o Espírito Santo estava envolvido em inícios do XIX tiveram para as decisões políticas que a elite local tomou, em relação aos rumos do processo de autonomia do Brasil com relação a Portugal (GOULARTE, 2015).

¹⁰ No Brasil do século XVIII, havia 21 Misericórdias em funcionamento, distribuídas pelas capitanias, nas sediadas nas suas principais vilas (VAINFAS, 2001, p. 401).

manutenção dos primeiros hospitais nas cidades portuárias do império português, era mantido pelas doações e rendas privadas e a seleção dos participantes em geral levava em conta critérios excludentes, atendidos em geral apenas pelos *homens bons* de cada localidade.

Desta forma, não é de se estranhar que a construção do hospital da Misericórdia, encabeçada por Francisco Alberto Rubim, tenha mobilizado pessoas importantes da sociedade capixaba à época. Assim, em 18013, nomes de proprietários locais, como Dona Maria de Oliveira Subtil e Luiz Antônio da Silva, aparecem relacionados aos esforços de capitalização para a obra (DAEMOM, 2010:137; DERENZI, 1985). Enquanto a primeira faz uma doação de terrenos fronteiriços à Ilha do Príncipe, para a construção da mesma, o segundo promove uma subscrição – coincidentemente ou não - entre seus amigos e parentes do Rio de Janeiro, financiando seus acabamentos. O governador, por sua vez, obtém junto ao Rei a promulgação do decreto de 23 de dezembro de 1817, que, entre outras providências, concede o privilégio para cobrança de taxas sobre vendas de tábuas e gêneros alimentícios, com destino ao hospital. Como resultado desta e das outras iniciativas, em 1816 D. João louva a administração de Rubim em Ofício, salientando o seu alinhamento aos projetos reformistas e os esforços para desenvolver a capitania.

Considerações finais

Essa análise preliminar de alguns dados da nossa pesquisa nos permitiu perceber que estamos a tratar não apenas de nomes e ações isoladas, mas de personagens muito próximos aos jogos de poder e fortuna de um grupo político de peso da corte joanina. Embora tenha suas ações circunscritas às primeiras décadas do século XIX, este começa a se delinear anos antes, ainda em meados do XVIII. Tratamos, pois, na definição do historiador João Fragoso, de mais um dos diversos *bandos* por meio dos quais se organizavam as oligarquias coloniais (FRAGOSO, 2003).

Pelo caso analisado, podemos aventar que, para além da movimentação nos centros de decisão, este bando mantinha representantes imbricados nos cargos governativos locais, ampliando assim a teia de relacionamentos para as periferias. Tais representantes eram encarregados de definir, no seu quadrante de ação, questões como a viabilidade dos circuitos produtivos de

subsistência e voltados para o mercado interno, a integração das diferentes porções coloniais ao centro, a valorização de terrenos e outros imóveis, os incentivos tributários, a captação de recursos para manutenção das obras, e as demandas de mão de obra, em similaridade com o que acontecia no centro.

O estudo das elites políticas e econômicas coloniais tem sido bastante fecundo em demonstrar que, através de estratégias de gestão de seus laços familiares, estas constroem redes de poder e espaços de negociação ou, por vezes, disputas, em torno de interesses antagônicos. Tais redes resultavam, por sua vez, na articulação entre o exercício governativo central e os poderes locais, revelando um ambiente de cooperação política mútua nesse relacionamento: a necessidade de estabelecer acordos e o uso do poder arbitral do Estado/ centro na resolução de questões domésticas e, por extensão, a construção do reconhecimento da autoridade régia (PUJOL, 1991).

Com as trajetórias e ações dos indivíduos aqui destacados - Paulo Fernandes Viana e Francisco Alberto Rubim - braço político do intendente em terras capixabas -tencionamos descortinar alguns mecanismos pelos quais a gestão do Centro Sul colonial e suas transformações materiais se enlaçam nos interesses privados, delineando discursos e projetos de poder *imperiais*.

Referências

ALMADA, Vilma P. F. de. *Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850- 1888)*. Rio de Janeiro, Graal, 1984.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. *Esforços industriais na economia do café: O caso do Espírito Santo – 1889/1930*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1982.

CAMPOS, Adriana Pereira. *Nas barras dos tribunais: Direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003 (Tese de Doutorado)

CARVALHO, Enaile Flauzina dos Santos. *Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo (1790 a 1821)*. Vitória: Ufes, 2008 (Dissertação de Mestrado)

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Tipografia Espírito-santense, 1879.

DERENZI, Serafim. *Biografia de uma ilha*. Vitória: Secretaria Municipal de Turismo, 1985



DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTTA, Carlos Guilherme. *1822. Dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

_____. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, séculos XVII. Algumas notas de pesquisa. In: *Revista Tempo*, Niterói, vol. 8, n. 15, 2003.

_____. BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

FREIRE, Mário Aristides. *A Capitania do Espírito Santo: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822)*. Vitória: Editora Flor e Cultura, 2006.

GOULARTE, Rodrigo da Silva. *Portões e sertões. A província do Espírito Santo e a emancipação da América portuguesa*. Niterói: UFF, 2015 (Tese de Doutorado)

HEINZ, Flávio (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006

HESPANHA, António Manuel. *Panorama da história institucional e jurídica de Macau*. Macau: Fundação Macau, 1995

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política. 1798-1822*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994.

MARTINHO, Lenira Menezes e GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

MAXWELL, Keneth. The generation of 1790's and the idea of luso-brazilian empire. In: ALDEN, Dauril. *Colonial roots of modern Brazil*. Berkeley, University of California Press, 1973.

MERLO, Patrícia Maria da Silva. *O nó e o ninho: estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008 (Tese de Doutorado)

NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1968.

OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *A astúcia liberal. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista, EDUSF/ Ícone, 1999.

OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Espírito Santo*. Vitória: APEES, 2008.

PUJOL, Xavier Gil. Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVII. In: *Penélope: Fazer e Desfazer a História*, nº 6, 1991.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. Vias de comunicação e conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do séc. XIX: a gênese do pensamento político capixaba. In: *Dimensões* vol. 17. Vitória: Ufes, 2005

SCHEINER, Livia M. *Uma questão de projetos: o Senado da Câmara e a Intendência da polícia na gestão do espaço urbano da corte. Rio de Janeiro, 1808-1821*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004 (Dissertação de Mestrado)

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *O Império luso-brasileiro. 1750-1822*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001

VIANA, Paulo Fernandes. Abreviada demonstração dos trabalhos da polícia. In: *RIHGB*, tomo 55-I, 1892 pp. 373-380.